

Veja aqui como foram as palestras

Na tarde de quinta-feira (24/10), os procuradores de Justiça Flávia Ferrer e Antônio José Campos participaram de mesas onde foram abordados os reflexos da superlotação das unidades socioeducativas na qualidade do atendimento e na saúde dos servidores, a participação do Estado na educação e ressocialização da juventude, as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal que limita a capacidade de ocupação das unidades e a necessidade de investimento em políticas públicas de prevenção.

Para Flávia Ferrer, é necessário discutir uma mudança de paradigma no modo de lidar com o adolescente em conflito com a lei, principalmente com aqueles que cumprem medidas de internação. “Hoje, temos, dentro das unidades, o adolescente pertencente a facções criminosas, que dissemina uma cultura de violência dentro das próprias unidades. Essa questão nos faz repensar em como fazemos a socioeducação e a necessidade de levar situações como essas em consideração”, ressalta Flávia.

Para Antônio José Campos a educação é primordial na solução do problema. “É preciso a internação, tanto na área penal, quanto na área socioeducativa, para a contenção de quem já é infrator e educá-lo da melhor maneira, de modo a valorizar o convívio social”, disse o procurador de Justiça.

Também participaram das discussões de quinta-feira, o agente socioeducativo e doutor em Filosofia, André Pereira de Almeida; a professora da UFF Juliana Vinuto Lima; o membro do Laboratório de Estudos Afro-brasileiro e indígenas da UFRRJ, Paulo Henrique Menezes da Silva; a professora na área de segurança da UFF, Roberta Pedrinha; a coordenadora-geral de Assuntos Socioeducativos da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Giselle da Silva Cyrillo; e o agente de Segurança Socioeducativa especializado em Criminologia, Alexandre Tupinambá Gomes Amaral de Mendes.

Coordenadora do Centro de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo (CEMEAR/MPRJ), a procuradora de Justiça Anna Maria Di Mais mediu a mesa de debates sobre “Gestão de Conflitos e Socioeducação”, que abriu a programação da manhã de sexta-feira (25/10). “Vivemos em uma época em que o homem da pós modernidade é hedonista, sem parâmetros de valores. Para contornar esse fato precisamos resgatar a humanidade a partir da educação dos afetos, que acontece quando vemos o outro com respeito e responsabilidade. Ter empatia é fundamental”, afirmou Anna Maria. A mesa teve ainda a participação da fonoaudióloga Mônica Azzariti, que comentou sobre os processos de interação verbal e não-verbal na resolução de conflitos; da psicóloga do Degase e facilitadora de Justiça Restaurativa, Mariana Xavier Drummond, e da psicóloga da SEAP e mediadora de conflitos, Flávia Gallo, que discutiram sobre a importância da escuta humanizada e da mediação como discurso em movimento.

A segunda mesa de sexta-feira, mediada pelo médico legista do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), Sergio Cunha, teve como tema a “Promoção de

Saúde do Trabalhador e o Impacto na Segurança do Trabalho”. Os palestrantes Betty Nesanelovicz, médica psiquiátrica do Degase; Leandro de Oliveira Abreo, mestre em psicologia (UFRJ) e psicólogo do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; e José de Jesus Botelho, assistente social do Degase, debateram sobre a saúde mental do trabalhador e o adoecimento no trabalho.

A palestra sobre “Práticas disciplinares nas unidades do Degase” abriu o evento na parte da tarde. Foram discutidos o conceito de disciplina, a importância da Justiça Restaurativa e Processos Circulares, além de ressaltar a importância da elaboração de práticas disciplinares construídas de forma compositiva nesses locais. Para a promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva da Infância de Juventude Infracional da Capital, Janaina Vaz Candela Pagan, “trazer essas discussões para o MPRJ é fundamental para entender como o Ministério Público pode atuar para garantir dos princípios constitucionais”. Também estiveram presentes na discussão a psicóloga e pesquisadora sobre Práticas Disciplinares nas Unidades do DEGASE, Terezinha Sampaio; Alessandra Ramasine, membro do Centro de Valorização da Vida e do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a Psicóloga e Professora da UERJ, Jimena de Garay Hernandez.

O encontro foi finalizado com um debate sobre segurança pública, situação prisional no Brasil e a prática profissional do agente de segurança socioeducativa, com enfoque na integração entre órgãos públicos de segurança. Compuseram a mesa o promotor de Justiça do MPRJ, Alexander Vêras; o Diretor da Divisão de Capacitação Prática da Coordenação de Segurança e Inteligência/DEGASE, Marcio Cardoso Leão; o Coordenador de Segurança e Inteligência/DEGASE, Jaime Silva Alvarenga Junior e o Coordenador Geral de Cidadania e alternativas penais da diretora de políticas públicas do DEPEN, Cristiano Torquato.

O promotor de Justiça Alexander Vêras destacou a característica atual de resolutividade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, afastando-se da simples judicialização das situações e afirmou que a aproximação com esses órgãos de segurança contribui para que isso seja materializado, de forma a conhecer, identificar e diagnosticar os problemas existentes nesse cenário.